

Segundo o relator Renan Calheiros, CPI da Covid quer dissecar a relação da Prevent Senior com o "gabinete paralelo da saúde", que assessorava o Planalto, e estudar melhor o material obtido na sede da Precisa, depois da operação da PF da semana passada

Novos detalhes adiam relatório

» TAINÁ ANDRADE

Após reunião da cúpula da CPI da Covid, no último domingo, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) decidiu adiar a entrega do relatório final. Isso porque a comissão quer dissecar a relação da Prevent Senior com o "gabinete paralelo da saúde" e a questão da morte de pacientes que foram submetidos a uma experiência com o chamado "kit covid", sem que soubessem. Além disso, com a operação, na semana passada, à sede da Precisa Medicamentos, em Barueri (SP), o colegiado quer aprofundar os dados daquilo que foi coletado.

Na agenda de oitivas da CPI, estão escalados o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário — convocado porque o órgão participou da operação, junto com a Polícia Federal, que trouxe à tona o suposto esquema de tráfico de influência do qual participava o empresário Marconny Albernaz de Faria; Pedro Benedito Jr., presidente da Prevent Senior — que deveria ter comparecido na semana passada, mas alegou ter sido avisado em cima da hora e não compareceu; e Danilo Trento, diretor da Precisa Medicamentos.

"Há um esforço, e é preciso reconhecê-lo, em função de desdobramentos óbvios dos últimos dias, de que nós podemos ter mais uma ou duas semanas de trabalho. Nessas condições, nós só vamos apresentar o relatório

depois do último depoimento. Por enquanto, estamos acessando as últimas informações. Ainda estamos colhendo os depoimentos. Tudo isso fará parte do relatório. Estamos antecipando os debates sobre os tipos penais que serão utilizados", afirmou Renan. A estimativa é de que o relatório final seja apresentado na segunda semana de outubro.

Ajuste técnico

A comissão se reuniu, na última semana, com diversos grupos e entidades para identificar especificamente os crimes cometidos no episódio de negociação do contrato milionário que seria firmado entre o Ministério da Saúde e a Precisa para a compra das vacinas indianas Covaxin. Ontem, o encontro foi com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que se colocou à disposição para "colaborar na redação desses pareceres e se empenhará em ajudar no relatório final, seja na parte de indicar os crimes ou para indicar mudanças de lei, para que não volte a acontecer, e, depois, orientará no encaminhamento do relatório para os órgãos competentes" — salientou o jurista Pierpaolo Bottini, representante da OAB.

Segundo o advogado, a CPI tem pedido às entidades suas considerações em cima do parecer jurídico entregue pelo grupo Prerrogativas, coordenado por Miguel Reale Jr. "Eles precisam consultar a comunidade jurídica para ajudar na



Pedro França/Agência Senado



Segundo Renan, mais que fechar o relatório, importante é tipificar corretamente cada personagem que será citado

identificação de quais crimes específicos correspondem a esses fatos. A ideia é fundamentar melhor o relatório para entregar algo com mais apoio e respaldo", observou.

De acordo com Renan, já são 26 nomes na lista de investigados que irão para o relatório final. Segundo fontes dos bastidores da CPI, há mais de 100 convocações na fila para serem feitas. Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da comissão, há, no momento, três prioridades. "Danilo Trento, Ka-

rina Kufa (advogada de Jair Bolsonaro) e Ana Cristina Valle (ex-mulher do presidente da República), nessa ordem. O mais importante é o Danilo", explicou o senador, dando a entender que o dirigente da Precisa será confrontado com os novos elementos coletados na sede da empresa, na semana passada, pela PF.

Já o depoimento do diretor da Prevent Senior, se somará à linha de investigação sobre a influência do "gabinete paralelo da saúde" na escalada negacionista contra a covid-19 e as vacinas.

Com base num dossiê entregue por médicos que trabalharam para a empresa, a CPI esmiuçou a suposta pesquisa que, inclusive, fraudou o número de mortos na experiência que realizou — disse terem sido duas mortes, quando, na verdade, ocorreram nove óbitos de pessoas que tomaram o chamado "kit covid". Além disso, a suposta pesquisa chegou a ser apoiada publicamente por Bolsonaro, por seu filho Eduardo (deputado, PSL-SP) e por autoridades do governo. (Colaborou Fabio Grecchi)

» Senador quer convocar filho 04 por ameaças

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentou um requerimento para convocar Jair Renan Bolsonaro na CPI da Covid. O parlamentar quer que Renan esclareça a relação com o lobista Marconny Faria e uma suposta ameaça a parlamentares. O filho 04 do presidente Jair Bolsonaro usou seu perfil no Instagram para provocar a comissão, mostrando a filmagem feita em um escritório, com homens armados, e na qual aparece um mostruário com cerca de 10 pistolas. "Aloooo CPI kkkkk", escreveu. "A lei vale para todos", disse o senador, ao anunciar o requerimento. O pedido deve ser avaliado pelos demais integrantes da comissão. Os senadores devem votar, hoje, uma série de solicitações na reunião do colegiado.

100
CONVOCAÇÕES

aproximadamente formam a lista que a CPI da Covid ainda teria a intenção de ouvir

Reprodução/Twitter



Cenas de desespero: em janeiro, a falta de oxigênio tornou os leitos de covid em câmaras de morte por asfíxia

Governador é réu em fraude na compra de respiradores

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) formou maioria, ontem, para aceitar a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o governador do Amazonas, Wilson Lima, na esteira da Operação Sangria. Com o resultado do julgamento, adiado duas vezes, ele foi colocado no banco dos réus por organização criminosa, embaraço à investigação, dispensa de licitação sem observância das formalidades legais, fraude em licitação e peculato na compra de respiradores para tratar pacientes com covid-19.

Os ministros seguiram o entendimento do relator, Francisco Falcão, que viu elementos suficientes para a abertura de uma ação contra o governador e outras 13 pessoas, entre servidores do estado e empresários envolvidos na contratação, além do vice-governador Carlos Almeida. "Não se trata de meras conjecturas, como alega a defesa de Wilson Lima, mas de indícios da participação do denunciado no acompanhamento do procedimento licitatório que resultou na compra superfaturada, com desvio de recursos públicos. Neste exame não aprofundado da matéria, existe justa causa para se consi-

derar o governador do Amazonas como partícipe nos delitos", salientou o ministro.

O governador do Amazonas foi denunciado em abril como o líder de uma organização criminosa que teria desviado recursos destinados ao enfrentamento da pandemia por meio do direcionamento e superfaturamento de contratos. O estado viveu uma fase crítica no enfrentamento do coronavírus com a crise de desabastecimento de oxigênio hospitalar em Manaus.

Oxigênio

As cenas de desespero em Manaus, em janeiro deste ano, correram o mundo. As pessoas tentavam atender seus parentes, que morriam asfíxiados nos leitos dos hospitais, diante do desabastecimento do insumo. A crise chegou a tal ponto, que a Venezuela mandou remessas do gás como ajuda humanitária. A White Martins, fabricante do oxigênio, avisou ao Ministério da Saúde que o desabastecimento era iminente, enquanto o então ministro Eduardo Pazuello comandava uma comitiva que tinha ido à capital amazonense forçar a adoção do "kit covid" prescrito pelo governo federal.

O contrato sob suspeita envolveu a compra de 28 respiradores junto a uma importadora de vinhos, mediante dispensa de licitação e triangulação. Uma empresa fornecedora de equipamentos hospitalares, que já havia sido contratada pelo governo, vendeu os ventiladores à adega por R\$ 2,4 milhões. No mesmo dia, a importadora de vinhos revendeu os equipamentos ao Amazonas por R\$ 2,9 milhões. Após receber os valores em sua conta, a adega repassou o montante integralmente à organização de saúde servindo, segundo o MPF, apenas como "laranja" para vender os produtos com sobrepreço.

Antes da votação, a subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, que assina a denúncia, disse que os crimes supostamente cometidos são um "escárnio com a população". "A presente denúncia apresenta-se apta formal e materialmente para ser recebida", defendeu.

Na outra ponta, o advogado Nabor Bulhões, que representa Wilson Lima no caso, disse que não há provas de irregularidades envolvendo o governador e que a atuação da Procuradoria foi "ilegal e abusiva".

Informe Publicitário

DaVita Tratamento Renal estabelece padrão internacional de cuidado a mais de 15 mil pacientes no Brasil.

Desde sua primeira aquisição há cinco anos, a empresa firma sua presença clínica e liderança nacional no setor, com presença atual em 12 estados além do Distrito Federal, atingindo a importante marca de 15 mil pacientes assistidos, atendimento a mais de 350 hospitais, totalizando 86 operações no país.

A DaVita Tratamento Renal, rede líder em serviços nefrológicos no Brasil atingiu em setembro deste ano a marca de 86 operações no país. Somente em 2021, a empresa adquiriu 11 operações até o momento, reforçando sua liderança, cobertura e cuidado em padrão internacional ao paciente renal crônico em praticamente todas as principais regiões do país.

Com base em sua vasta experiência cuidando de mais de 260 mil pacientes em 11 países, a DaVita Tratamento Renal tem implementado protocolos e padrões de cuidado que vêm mudando de forma significativa a experiência do paciente renal crônico, através de resultados clínicos expressivos para seus pacientes. Após os 12 primeiros meses de aquisição, a empresa tem demonstrado altos níveis de adequação do controle do peso corporal, da dose semanal de diálise e de anemia, muito relevantes para reduzir a taxa de hospitalização e mortalidade no longo prazo, bem como em outros indicadores e resultados clínicos importantes que hoje apresentam médias acima das apresentadas pelo setor. Essas melhorias tem como resultado o impacto positivo na taxa de mortalidade dos pacientes, que em 2019 já se mostrou 15% menor do que a média das clínicas de hemodiálise no Brasil. Essa diferença se manteve em 2020, mesmo com os impactos causados pela Covid-19.

Para atingir esse objetivo, as clínicas contam com times que incluem médicos nefrologistas e enfermagem especializada, além de nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais e até educadores físicos.

"O nosso plano de expansão e integração do cuidado ao paciente busca rapidamente reforçar o padrão e a qualidade de acesso à saúde renal no Brasil, atendendo à demanda relevante de pacientes em filas de espera, bem como nos hospitais onde estamos presentes. Sempre avaliamos com muito cuidado o real contexto de uma clínica antes de sua eventual aquisição e, dessa forma, nos antecipamos através de diversas ações específicas que culminam em um processo de integração bastante estruturado. O objetivo principal é rapidamente prover melhoria no padrão de cuidado e vida de nossos pacientes", afirma Bruno Haddad, Presidente da DaVita Tratamento Renal.

Além da atual presença nos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba, do Paraná, do Rio Grande do Norte, e também no Distrito Federal, a DaVita Tratamento Renal também presta atendimento intra-hospitalar a 361 hospitais em todo o país. As 11 operações adquiridas somente neste ano reforçaram a posição do grupo nos estados de Goiás, do Paraná, de Pernambuco,

do Rio de Janeiro e de São Paulo. O fortalecimento dos investimentos nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, bem como o posicionamento futuro em novas capitais do Sul e do Norte do país, é parte da estratégia e do foco de crescimento do Grupo.

Com mais de 5 mil funcionários e 800 médicos parceiros, a DaVita hoje realiza mais de 2 milhões de tratamentos, 300 mil procedimentos de diálise intra-hospitalar, além da implementação de milhares de acessos vasculares que são a base para a melhoria profunda de qualidade de vida de seu paciente.

Um desafio crítico enfrentado pelos prestadores de cuidados renais no Brasil é a falta de ajuste da tabela do SUS desde 2017. O reembolso público de tratamentos não acompanhou o custo crescente do atendimento, que, influenciado pela inflação e pandemia da Covid-19, exerceu enorme pressão sobre os provedores, gerando alto risco de continuidade no atendimento. Os prestadores de cuidados renais precisam que o reajuste na tabela do SUS ocorra com urgência, em linha com os acréscimos substanciais de custos e inflação incorridos.

Davita
Tratamento Renal